



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___^a)
 PERGUNTA Número 1417 / x (4^a)

Expeça-se
Publique-se
413 / 2007
O Secretário da Mesa

Assunto: **Possível localização em Palme / Barcelos de futuro aterro intermunicipal do Lima / Baixo Cávado**

Destinatário: **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

A freguesia de Palme, concelho de Barcelos, encabeçou uma luta contra a possível localização de um aterro sanitário intermunicipal do Lima / Baixo Cávado na freguesia. Luta que teve já uma manifestação na marcha lenta que, de Palme até Barcelos, mobilizou centenas de pessoas da freguesia e freguesias vizinhas e ribeirinhas do Neiva, que podem igualmente ser afectadas por essa localização, como Aldreu, Curvos, Feitos, Fragoso, Vila Cova (Barcelos), Palmeira de Faro, Forjães e Vila Chã (Esposende). A construção de tal aterro estaria prevista por um acordo intermunicipal (Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo) onde se estipulava a localização rotativa em cada concelho durante 11 anos – actualmente está em Vila Fria, Viana do Castelo.

No encontro dos responsáveis pela marcha lenta com dois vereadores da Câmara Municipal de Barcelos, incluindo o vereador do pelouro do Ambiente. Este informou que não havia ainda local definido e que Palme era uma das três possíveis localizações apontadas por um estudo de incidência ambiental. No encontro foi, pelos autarcas das freguesias, entregue uma petição à Câmara Municipal de Barcelos.

O Presidente da Junta de Freguesia de Palme refere como principais objecções à localização em Palme o facto de se tratar de zona REN e RAN, a previsível contaminação dos lençóis freáticos da área e ocupação/destruição de solos agrícolas (regadios), face à impermeabilização de uma extensa área, que hoje suportam a agricultura, principal fonte de subsistência daquelas freguesias.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do território e do Desenvolvimento Regional** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação faz o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional do problema referido?
2. Quem realizou o «estudo de incidência ambiental» referido pela Câmara Municipal de Barcelos e quais os seus resultados?
3. Que alternativas podem colocar-se à construção de novo aterro sanitário? Porque não se procuram alternativas que não liquidem terrenos agrícolas de qualidade?
4. Quais os resultados económicos e financeiros da Resulima, empresa gestora do actual aterro em Vila Fria e do futuro aterro que substituirá aquele?
5. Há já alguma avaliação das consequências da possível impermeabilização da área de Palme e nos outros dois locais que terão sido seleccionados?
6. Que estudo e avaliação tem o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas dos impactos de um possível aterro nos solos de regadio das referidas freguesias? Vão ser esses solos desafectados da RAN?

Palácio de S. Bento, 4 de Março de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes